

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	11
1. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	15
1.1 Conceito e natureza jurídica	15
1.2 Principais aspectos da investigação criminal	19
1.2.1 Instrumentalidade e autonomia.....	19
1.2.2 Objeto	20
1.2.3 Sujeitos encarregados.....	23
1.2.4 Forma dos atos e sua eficácia probatória	26
1.3 Análise histórica da investigação criminal e a sua relação com os modelos de sistemas processuais penais.....	30
1.4 A investigação pelo Ministério Público.....	37
1.5 A investigação criminal defensiva: delimitação do tema.....	45
2. O MODELO INVESTIGATÓRIO BRASILEIRO: O INQUÉRITO POLICIAL.....	49
2.1 O panorama histórico da investigação criminal no direito brasileiro.....	49
2.2 Conceito e natureza jurídica do inquérito policial.	52
2.3 A apuração sumária dos fatos no âmbito do inquérito policial	56
2.4 Eficácia probatória do inquérito policial.....	59
2.5 A estrutura legal do inquérito policial	63
2.6 Os sujeitos envolvidos no inquérito policial.....	67
2.6.1 Polícia Judiciária	67
2.6.2 Ministério Público	69
2.6.2.1 O Ministério Público como parte na persecução penal.....	70
2.6.3 Juiz.....	75
2.6.3.1 A questão do juiz investigador.....	80

2.6.4	Vítima	86
2.6.5	Imputado	90
3.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA COMO GARANTIA DE EQUILÍBRIO ENTRE AS PARTES EM UM PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO	98
3.1	Apontamentos sobre os princípios constitucionais da igualdade, do contraditório e da ampla defesa	98
3.1.1	Princípio da igualdade	99
3.1.2	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	102
3.2	O contraditório e o direito de defesa no inquérito policial.....	107
3.3	O direito à prova e à investigação do crime	112
3.4	A necessidade de se permitir investigação criminal defensiva em um sistema processual penal de partes	118
4.	A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA NO DIREITO ESTRANGEIRO	121
4.1	Preliminarmente: a experiência norte-americana	121
4.1.1	A organização judiciária norte-americana	122
4.1.2	A investigação criminal norte-americana	124
4.2	Nosso paradigma: o modelo italiano.....	127
4.2.1	A investigação criminal na Itália.....	127
4.2.2	O surgimento da investigação criminal defensiva na Itália	143
4.2.3	O tratamento legislativo da investigação criminal defensiva na Itália	147
4.2.4	Principais temas discutidos na Itália acerca da investigação criminal defensiva	163
5.	A CONCRETIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DEFENSIVA SOB A ÓTICA DA EFICIÊNCIA E DO GARANTISMO	169
5.1	O significado de eficiência e garantismo para o processo penal	169
5.2	O modo de execução da investigação criminal defensiva	171
5.3	Os limites jurídicos da investigação criminal defensiva	175
5.4	A valoração do resultado da investigação criminal defensiva ...	177
5.5	A inserção da investigação criminal defensiva no direito brasileiro	179
	BIBLIOGRAFIA	185